

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

A PROPÓSITO DE TRÊS LIVROS SÔBRE O NEGRO BRASILEIRO (1).

LUIZ MOTT

da Universidade Estadual de Campinas (SP).

De acôrdo com o levantamento bibliográfico realizado pelo Prof. João Baptista Borges Pereira (2), desde 1965 até setembro de 1971, apenas 10 autores assinaram obras nas quais o negro brasileiro é o tema: Octávio Ianni (1966), Thales de Azevedo (1966), Octávio da Costa Eduardo (1966), Florestan Fernandes (1965), João B. B. Pereira (1967), Emília Viotti da Costa (1966), Ruth Landes (1967), Roger Bastide (1971), Marvin Harris (1967). Eis no entanto que, nos últimos meses, são publicados mais três novos livros que tratam do negro em diferentes regiões do Brasil: no Pará, em Minas Gerais e no Paraná.

Começemos pelo livro sobre o negro no Pará. Seu autor, mais conhecido por seus artigos sobre folclore (*Presença do Negro na música do Pará*, 1961; *Um folgado de escravos*, 1968), vem oferecer-nos agora um estudo sério e minucioso sobre a escravidão negra nesta parte da região amazônica. A presença do negro nesta região constituiu, durante muito tempo, assunto desprezado, em termos da importância insignificante que teria essa mesma presença. O que representava a mão-de-obra negra para o Nordeste açucareiro, o mesmo signi-

(1). — SALLES (Vicente). — *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Fundação Getúlio Vargas. Universidade Federal do Pará. Rio de Janeiro. 1971. XVI + 336 pp. Ilustrações.

BARBOSA (Waldemar de Almeida). — *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo-Horizonte. 1972. 183 pp.

FERRARINI (Sebastião). — *A escravidão negra na Província do Paraná*. Editôra Lítéro-Técnica. Curitiba. 1971. 243 pp. Ilustrações.

(2). — “Estudos Antropológicos e Sociológicos sôbre o Negro no Brasil”, in *1º Caderno do Encôntro Internacional de Estudos Brasileiros*. Universidade de São Paulo. 13-25 de setembro de 1971, pp. 15-27.

ficaria exclusivamente o índio para a empresa coletora e para a economia setentrional de uma maneira conjunta. Neste raciocínio simplista, deixou-se de lado os *tapuias*, que durante séculos foram amplamente utilizados sobretudo nos criatórios de gado de grande parte do Nordeste, notadamente no Sertão do São Francisco e nas fazendas do Piauí, assim como o significativo contingente de africanos e crioulos que foram trazidos para o Extremo Norte, graças sobretudo à ação da Companhia de Comércio do Maranhão (1612-1684) e da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Assim, Vicente Salles, baseando-se sobretudo em material arquivístico (*Annaes da Biblioteca e Archivo Público da Província do Grão-Pará e na Coleção de Leis do Pará — C.L.P.G.P.*), descreve os elementos fundamentais da presença negra nesta área setentrional.

O livro está dividido em 6 partes. Na primeira, “O Chatinamento”, o Autor trata da política escravista dos séculos XVII e XVIII e das diversas modalidades do tráfico negreiro: o assento, o estanque, o contrabando. Estuda igualmente um personagem de importância crucial dentro da sociedade colonial: o mercador de escravos. Assim, no artigo 13 do Ofício nº 35 da Câmara Municipal de Belém, de 19 de maio de 1854, determinava o Presidente da Província do Pará:

“Ninguém poderá negociar com escravos, sem ter para este efeito armazem público em casa térrea, ou loja, apresentando fiadores idôneos, que se responsabilizem pelos prejuizos que ocasionar, assinando termo nesta Câmara de não comprar escravos nem de receber para vender senão de pessoas reconhecidas como seus legítimos senhores ou que apresentem pessoas, estabelecidas, que como tais os afiancem...” (p. 46).

Ainda nesta primeira parte, nos itens 5 e 6, o Autor revê uma a uma as estimativas do número de escravos importados a esta Província, apresentando finalmente a hipótese de que até o ano de 1820 teriam aí entrado, oficialmente, 53.217 negros africanos, dando uma média de 1.096 peças anuais entre os anos de 1792 e 1820. A esta cifra, obviamente, devem-se acrescentar os negros chegados ilegalmente através do contrabando.

Na 2a. parte, “Etnia”, são abordados os seguintes assuntos: o negro e a composição étnica do Pará, o problema da mestiçagem e a interação social do negro, alguns estereótipos e idéias afins, classificação étnica.

“O Negro na sociedade Escravocrata” é o tema da 3a. parte. Ao abordar o regime senhorial, diz V. Salles:

“O negro estava sob a tutela de duas forças coatoras principais: a lei e o senhor. A lei era o resultado da opinião geral dos senhores, elaborada por eles e para eles exercitarem os instrumentos de mando. Era portanto a expressão de sua vontade transformada em certos princípios jurídicos (...). Na vida de cada um, os senhores se guiavam muitas vezes por certos princípios absolutamente individuais ou segundo os costumes. A lei, em consequência, era pública, regulava a vida pública do cidadão e do escravo; não ingressava no lar de cada um. Aí imperava, absoluto e despótico, o Senhor, e a vida doméstica estava sujeita aos seus caprichos” (p. 113).

Através dos relatos dos viajantes — Wallace, Spix & Martius, Biard — e das *Visitas Pastorais* de Frei José de São José Queiroz e das *Memórias* de Frei Caetano Brandão, o Autor descreve a vida dos escravos negros nas cidades, nas fazendas de criatório, nos engenhos. Através dos anúncios de jornais da época, podemos perceber que muitos dos escravos traziam sinais distintivos advindos dos castigos e maltratos recebidos de seus senhores:

“Procura-se Filipe, preto retinto, figura ordinária, idade 22 anos, dentes partidos, um tanto envergado, toca viola, sabe ler, tem 1 risco no rosto, deve ter sinais de surra, padeceu boubas...” (p. 132).

Como mão-de-obra “especializada”, V. Salles transcreve uma série de documentos que comprovam a utilização dos negros não apenas nos trabalhos do eito, mas também como ferreiros, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, torneiros, tecelões, oleiros, etc. Como categorias profissionais urbanas, vamos encontrar ainda os negros alugados, os domésticos e os negros de ganho (p. 170-174).

Na 5a. parte, “A luta contra a Escravidão”, encontramos os seguintes tópicos: fuga e quilombos, a destruição dos mocambos, as lutas sociais e o negro, o engajamento do negro na Cabanagem, a Abolição. Particularmente interessante é seu levantamento a respeito dos principais mocambos de negros fugidos:

“Os mocambos, nesta parte do Brasil, começaram a surgir em pleno regime colonial, quando a estrutura agrária, que exigiu a introdução da mão-de-obra africana, ainda se podia considerar muito precária. A fuga e conseqüente multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta amazônica aumentou consideravelmente a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século XIX, sob a pressão

de vários fatores, políticos, econômicos e sociais. Desorganizada a lavoura, com a busca das drogas do sertão, muitos engenhos, em meados do século XVIII, entraram em decadência. A seguir, a expulsão dos missionários e confisco de seus bens, deu oportunidade a que os escravos encostados nos seus estabelecimentos agrícola e industriais também escapassem ao cativeiro e à pretendida redistribuição intentada por Mendonça Furtado. Depois veio a influência do liberalismo francês, as idéias da Independência do Brasil chegaram até os escravos com acenos de liberdade. A partir de então a fuga foi sistemática e assumiu proporções catastróficas para os senhores de escravos” (p. 218).

Termina a obra uma coletânea de anúncios de jornais da segunda metade do século passado, que tratam de vários aspectos relacionados com o problema negro: anúncios de fuga e captura dos negros fujões, leilão de escravos, compra e venda de escravos de diversas especialidades.

Como se pode concluir, a partir da enumeração sumária dos principais temas desta obra, trata-se de um trabalho sério e bem documentado, que fornece ricas sugestões sobre a problemática histórica e sociológica do grupo negro na região setentrional do Brasil. *O Negro no Pará* está em pé de igualdade com as melhores monografias regionais que têm o negro como tema. Obra básica e exemplo a ser seguido.

* *
*

Negros e Quilombos em Minas Gerais é o segundo livro. Seu Autor, Waldemar de Almeida Barbosa, já assinou aproximadamente duas dezenas de publicações: estudos sobre Tiradentes, sobre as Bandeiras, sobre a Toponímia e outros assuntos geográficos e históricos da capitania de Minas Gerais. Sua obra *Geografia Humana e Econômica do Brasil*, da Editora do Brasil, já está na oitava edição.

No livro ora resenhado, infelizmente, o Autor deixou-se iludir por certas idéias muito divulgadas — mesmo entre historiadores — e que desmerecem grande parte dos 13 capítulos que compõem sua obra. Seu comprometimento com a ideologia da classe senhorial está subjacente à maior parte de suas afirmações. O 2º Capítulo, por exemplo, traz o título “Os escravos eram submissos. As lendas, criadas pelos próprios negros, confirmam a asserção”. Segundo este autor, é falsa a afirmação de Arthur Ramos de que

“o negro não foi absolutamente este tipo docil, cheio de submissão e incapaz de reagir. É verdade que o tipo Pai João manso e humilde, perpassa muitas vezes, diante de nossos olhos, mas isto não é a regra” (3).

Baseando-se apenas em 4 lendas ou estórias W. A. Barbosa fundamenta sua afirmação. Dois capítulos mais adiante, descreve e enumera os muitos quilombos que existiram nas Minas Gerais: não seria contraditório falar de submissão numa região e numa época tão carregada de fugas, revoltas e violência?

Uma dessa lendas, ouvida de um

“preto idoso, residente hoje em Belo-Horizonte: Quando o Senhor deixou a terra, distribuiu tudo de bom entre os brancos. Mas, quando ia-se retirando, um negro gritou: — Senhor, e nós? Ele então voltou-se e respondeu: Quem tem, parte com vós! Procurou então o seu patrão a quem contou esse diálogo. Mas o patrão respondeu-lhe: Não, negro, você entendeu mal: o que o Senhor disse foi isso: Quem não tem, trabalha para nós!” (p. 19).

Como se vê, tal estória pode ter dupla interpretação: podemos usa-la exatamente a fim de mostrar o contrário do que pretendeu o Autor. Assim, a afirmação do negro velho “Quem tem, (re)parte com vós”, pode ser vista por nós como uma tomada de posição do escravo contra aqueles que detinham as riquezas, isto é, os brancos, asserção que reforça a tese dos principais estudiosos do regime escravocrata, a saber, a resistência incansável dos negros ao trabalho servil. Embora sem citar José Alípio Goulart, este outro apologista da passividade da escravaria no Brasil, W. A. Barbosa solidariza-se com as idéias do autor do artigo *Os Quilombos* (4). Eis as teses do autor de *O Cavalo na formação do Brasil, O Mascate no Brasil, O Brasil do Boi e do Couro*, etc:

“... sobre o cerne histórico e sócio-cultural dos quilombos, várias tem sido as interpretações surgidas, umas dando-se como uma reação do negro ao regime de escravidão propriamente dito, atribuindo-lhe outras, o desejo incontornável do africano de retornar à prática de seus escalões culturais, longe e isentos da pressão sobre eles exercida pela cultura européia do branco. É

(3). — Arthur Ramos, *A Aculturação Negra no Brasil*, (1943), p. 132.

(4). — José Alípio Goulart, *Os Quilombos*, in “Revista Brasileira de Cultura”, ano II, nº 6, p. 129-141.

um equívoco, porém, julgar-se o negro um inadaptado àquele regime, de vez que o mesmo era-lhe familiar, a ponto de constituir-se instituição arraigada e tradicional entre eles, 'consagrada em seu direito penal, como penalidade de diversos delitos graves', como salientou um estudioso do assunto (quem?)... O Prof. Artur Ramos, sem dúvida uma das nossas maiores autoridades em negrologia e escravologia, expendeu, no entanto, a seguinte opinião: 'O negro embora sendo mais capaz do que o índio para o trabalho agrícola, pelas causas culturais já apontadas, contudo reagiu, por vezes, violentamente ao regime da escravidão'. Ora, não nos cansaremos de repetir que não foi ao 'regime de escravidão' em si mesmo que o negro exprobo: sua rebeldia manifestou-se, com efeito, em razão das 'condições de escravidão', que ele veio encontrar na América, que é outro aspecto merecedor de atenção... Fuga e defesa contra os maus tratos, contra os excessos nos trabalhos e nos castigos: jamais (revolta) contra a escravidão propriamente dita... (131). Não seria demais insistir no fato de que o 'regime escravista' jamais funcionou como combustível para as explosões no negro no Brasil"... (133).

Nesse sentido, nada mais lógico, dentro do raciocínio deste autor, que o quilombo fôsse fruto de uma "geração espontânea" (135)...

A falácia do pensamento de J. A. Goulart aparece primeiro quando tenta universalizar para todo o continente africano uma instituição que existiu circunscrita somente a certas áreas culturais. É certo que muitas etnias praticavam a escravidão e que sobretudo no começo do tráfico para o continente americano, deve ter havido certo número de negros que já tinham o *status* de escravo quando foram embarcados nos tumbeiros. No entanto, seria temerário afirmar que os vários milhões de negros aqui chegados, teriam sido anteriormente escravos em terras de África. Mesmo que o direito costumeiro de certos povos negros reconhecesse "a pena à escravidão" (5), nada nos obriga a pensar que tais escravos eram dóceis e pacatos, aceitando tranquilamente a perda de suas liberdades. O *Discurso Acadêmico ao Programa*, escrito por Luís Antônio de Oliveira Mendes, em 1793, repete inúmeras vezes diferentes formas de reação e insubmissão dos negros quando aprisionados:

"Quando os funidores têm informação tirada no presídio, ou de quem o permutou, ou o escravo é *revoltoso*, e *resoluto demais*,

(5). — Antonio Carreira: *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*; Lisboa, 1969, p. 72 e ss.

lhe lançam o libambo e o anel da prisão pelo pescoço, e muitas vezes sucede, que pelo temor destes escravos, trazem o libambo no pescoço e mão” (6).

É um equívoco julgar-se o negro um inadaptado ao regime escravista, diz J. A. Goulart. Para justificar seu axioma, introduz uma distinção altamente ideológica, a saber, que o escravo não se revoltava contra a escravidão propriamente dita, mas contra “as condições da escravidão”. Quer dizer: ser negro significava ser “adaptado” a ser escravo. . . Dentro deste raciocínio, todo escravo no Brasil — e no mundo inteiro — fazia a distinção filosófica entre essência e aparência, acatando o objeto formal do regime que os oprimia, e canalizando sua revolta apenas ao aspecto material dessa instituição. Possuidores de sofisticado raciocínio sociológico, os escravos distinguiam claramente a noção de organização do conceito de estrutura, distinção esta que no esquema de pensamento de J. A. Goulart levaria, logicamente, à continuidade do trabalho servil até os nossos dias, pois bastaria aos Senhores tratarem menos cruelmente seus escravos, para que estes os servissem *in saecula saeculorum*, pois

“o regime escravocrata jamais funcionou como combustível para as explosões do negro no Brasil” (133).

Basta consultarmos, entre outros, os trabalhos de Edison Carneiro, e mais recentemente, o interessantíssimo artigo de Stuart Schwartz (7), para nos convenceremos de que as revoltas dos negros no Brasil Colonial, além de constantes e frequentes, tinham como movel a reação do negro contra sua situação enquanto escravo:

“A reação do homem negro contra a escravidão, na América Portuguesa, teve três aspectos principais: a). — a revolta organizada, pela tomada do Poder, que encontrou a sua expressão nos levantes de negros malês, na Bahia, entre 1807 e 1835; b). — a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; e c). — a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no do Palmares” (8).

(6). — In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo IV, Lisboa, Tipografia da Academia, 1812, pp. 1-82. O grifo é nosso.

(7). — Stuart B. Schwartz, *The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Bahia*; in “*Journal of Social History*”, vol. 3, nº 4, Summer 1970, p. 313-333.

(8). — Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*. 3a. Edição, Civilização Brasileira, São Paulo, 1966, p. 3.

E noutro texto, ainda continua Edison Carneiro:

“Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos, o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar — uma síntese dialética” (9).

Voltemos ao livro de Waldemar de Almeida Barbosa.

No capítulo III, o Autor sugere que houve uma diferença substancial de tratamento dispensado aos escravos durante o século XVIII e XIX: o século XVIII sendo o reino da crueldade, o XIX, o predomínio do “espírito cristão bem formado” (p. 20). Não obstante referir-se à severidade e crueldade dos senhores setecentistas, o Autor diz que

“houve realmente na Bahia, uma série de revoltas ligadas sobretudo aos negros maometanos; mas em Minas não. Tivemos sim, casos isolados”

Alguns parágrafos adiante, o Autor se contradiz ao afirmar:

“O que tivemos em Minas, em número avultado, foram quilombos... Por mais numerosos que tenham sido os quilombos, eram eles constituídos de parcela mínima, insignificante, em comparação ao número de escravos que não fugiram, que se mantiveram submissos. Por que então raciocinar com base no procedimento da minoria? Quando muito, se poderia dizer que parte dos negros não aceitou a escravidão e tentou reagir”.

É correta a afirmação de que os calhambolas nunca chegaram a constituir maioria dos negros nas Minas ou nas demais capitânicas do Estado do Brasil; no entanto, mesmo minoritários, constituíram séria ameaça para a classe dominante. Destarte, na *Informação de Manoel Soares de Sequeira sobre o Estado das Minas e arrecadação do Quinto Real do ouro delas extraído* (10), podemos encontrar diversas afirmações que contradizem o Autor resenhado:

“Um dos grande riscos das Minas é haver nelas muitos negros calhambolas (assim chamam aos fugidos), que fazem quilombos nos matos, aonde muitas vezes se ajuntam 40 ou 80, e

(9). — Edison Carneiro, *Ladinos e Crioulos*. Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 35.

(10). — Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Códice 54, fl. 22 e ss. (Posterior a 22 de setembro de 1734).

às vezes mais, e dali saem a fazer malefícios. E têm os ditos calhambolas mostrado em muitas ocasiões grande valor contra os brancos, e é às vezes tão grande o estrago por todas as Minas, de roubos e mortes que fazem, que não há quem se atreva a fazer jornadas. No ano de 1730 fizeram os negros tais insultos, que se ajuntaram os Bons do termo do Ribeirão e também os eclesiásticos na Câmara da Vila, para se juntarem a fim de se fazer uma esquadra que extinguisse os calhambolas. E nessa mesma ocasião, se juntaram os moradores da freguezia de Santana do Campo, os das Catas Altas, e outros muitos, para o mesmo fim. O caminho do Palmital que (ilegível no original) entre a comarca de Vila Rica e a de Sabará, já se não segue, por causa dos calhambolas. No fim do ano de 1734 fizeram tal mortandade os negros no termo de Vila Rica que causou grande cuidado. É isto tão frequente nas Minas que apenas há freguesia, em que não sucedem desastres, de sorte que havendo muitos Capitães do Mato que fazem entrada ao dito mato, e trazem algumas cabeças de negros, que se põem pelas estradas *ad terrorem*, nem por isso deixa de haver muitos calhambolas. E a exemplo do grande risco que nasce dos quilombos, basta o dos Palmares, na Capitania de Pernambuco, que se fatigaram as forças da dita Capitania em muitos anos para o domarem... E não se diga que é vão este receio, porque não faltam experiências próximas que mostram ter o meu discurso fundamentos em casos semelhantes, quando não fora bastante o grande risco e atrevimento dos quilombos, tão contínuos como noscivos às Minas. Nem basta dizer-se que por serem os negros de diversas nações, se não unirão, porque a miséria do cativo e desejo de liberdade os farão unir — pois nos quilombos, a sociedade nos insultos os tem unidos, sendo das mesmas diversas nações...”.

Assim, tudo nos leva a crer que as fugas para os matos e a proliferação de quilombos foi nas Minas algo muito mais significativo do que meros “casos isolados”.

Ao tratar do mais famosos quilombo das Gerais, o “Quilombo do Ambrósio” ou “Quilombo Grande” (Cap. IV), informa o Autor que ele foi um modelo de organização, de disciplina e trabalho comunitários; descreve a maneira como os negros trabalhavam, dizendo:

“Havia os camponeses ou criadores que cuidavam do gado; havia os caçadores e magarefes; os agricultores que cuidavam das roças e plantações; os que trabalhavam nos engenhos, etc. Aí tudo era de todos: não havia nem meu nem teu...”.

Perguntamos nós: em que fontes se baseou o Autor para tais descrições sobre a organização de trabalho no referido quilombo? Tudo isso sabe muito ao “comunismo primitivo” visto pelos primeiros cronistas do século XVI quando descreviam a sociedade Tupinambá:

“Todos ficavam como que em comunidade”,

escreveu o Pe. Fernão Cardim, nos começos da Colonização.

Certas afirmações do Autor mereceriam ser repensadas à luz de material arquivístico mais abundante, pois baseando-se algumas vezes em apenas um documento, pretende um grau de universalidade que contraria a objetividade histórica. Assim, por exemplo, seu capítulo IX é dedicado a mostrar que

“negros e índios entendiam-se bem. Esta é uma verdade que ninguém pode contestar. Sofrendo ambas as raças a dureza da mão do homem branco, parece que esse sofrimento uniu essas duas raças infelizes, que não se hostilizavam, mas ao contrário, davam-se muito bem. Tendo formado, em plena mata, um sem número de quilombos, jamais o negro foi hostilizado pelos indígenas...” (p. 87).

Os *curibocas*, isto é, mestiços de negro com índia, são um bom exemplo para provar a união destas duas raças. No entanto, esta solidariedade inter-étnica nem sempre foi perfeita: se o Autor tivesse lido a obra de seu conterrâneo José Oilam, *A Abolição em Minas* (11), certamente não teria sido tão peremptório: No Arquivo Público Mineiro encontram-se dois documentos no seguinte teor:

“Pedido que se mandassem vir da Capitania de São Paulo 200 casais de tapuias, que distribuidos em lotes de 50, pelas quatro Comarcas de Minas, se entregariam à tarefa de eliminar os quilombos dos negros” (12).

E noutro documento:

“Que se instalassem índios para continuamente desinfestarem as estradas destes negros e de os irem a cometer em seus próprios quilombos...” (13).

À página 93, encontramos outra imprecisão histórica:

-
- (11). — José Oilam, *A Abolição em Minas*. Editora Itatiaia, 1962 (?).
(12). — Arquivo Público Mineiro, Maço 25, Códice 86 — SG, 9-4-1745.
(13). — Arquivo Público Mineiro, Maço 27, Códice 86 — SG.

“Época houve em que se dizia com orgulho, possuir sangue indígena nas veias...”.

Perguntamos nós: em que época? Nas páginas de José de Alencar ou de Gonçalves Dias, sem dúvida; na ideologia da maioria dos brasileiros do século passados, não! Veja-se, v. g., o que escrevia a El Rei um luso-cearense no ano de 1724:

“... os descendentes dos brancos com as índias, chamados mamalucos, são a pior casta de gentes que há em todo Brasil...”
(14).

Na *Notícia dos Sucessos e expulsão dos P. P. da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão*, encontramos outra opinião (emitida por um autor anônimo que assinou *A Verdade*) a respeito dos nossos aborígenes:

... “são os índios naturais da terra, gente bruta, e por suas inclinações, remissos, faltos de discurso, preguiçosos, e tão inertes que nem por si, nem pelo seu, procurarão, nem ainda no maior aperto das necessidades humanas, de comer ou dormir, tímidos e obedientes, e ainda, contra o poder e torças da mesma natureza são inconstantes e mentirosos e tão pobres que às suas maiores riquezas se cifram em um arco e flecha, uma rede e uma cúia que lhes serve de prato e copo, e são tão cobardes e de pouco ânimo, que se não atrevem a negar ou repugnar a qualquer branco para que lhes não tome o que quiser desta sua pobreza...” (15).

Reconhecendo todas estas fraquezas e vícios, qual haveria de ser o luso-brasileiro que

“dizia com orgulho possuir sangue indígena nas veias...”?

Ainda quanto aos índios, cai o Autor num outro desacerto: mesmo sem citar Morgan ou Tylor, adota uma corrente antropológica há muito desacreditada, a saber, o evolucionismo cultural unilinear —

“O índio achava-se na fase de evolução por que outros povos já haviam passado; mas a humanidade é uma só — ontem, hoje e amanhã” (p. 98).

E mais adiante:

(14). — Arquivo Histórico Ultramarino, Ceará, Caixa 1, 1724.

(15). — Biblioteca Nacional de Lisboa, Livro 674 (FG), fl. 287-313.

“A humanidade é uma só, e todos os povos passaram pelos mesmos estádios da civilização...” (p. 104).

Antes de concluir, convém ainda advertir a atenção do leitor para certas afirmações incorretas de Waldemar de Almeida Barbosa: sua concepção de “purismo racial” (p. 94 e ss.), a idéia de que

“na maioria dos casos um laço de camaradagem, e mais que isso, de amizade se afirmava entre o senhor e seus escravos, e que com o correr dos anos prendia-se o escravo a seu senhor, unindo-se a ele, servia-o com dedicação, dava por ele sua vida. Está claro que me estou referindo à regra geral... (p. 117).

No final, o Autor opondo-se ao cientismo de Arthur Ramos, escamoteia os fatos, deixando-se ofuscar por sua própria convicção religiosa:

“Uma verdade sobre a qual não resta dúvida é esta: os negros convertiam-se com facilidade ao Cristianismo, e abraçavam com sinceridade a devoção a Nossa Senhora do Rosário”... (p. 161).

Se Waldemar de Almeida Barbosa tivesse consultado, entre outros, os trabalhos de Roger Bastide (16), certamente não chegaria ao extremo de concordar com outro conterrâneo seu, que

“a devoção dos negros a Nossa Senhora do Rosário é uma das coisas mais tocantes de nossa História Social...” (p. 164) (17).

Malgrado um sem número de incorreções e *parti pris*, o livro *Negros e Quilombos em Minas Gerais* merece ser lido (notadamente a parte referente ao “Trabalho dos Negros”) por quantos se interessam pelo estudo desta minoria étnica durante o período escravagista. O levantamento dos inúmeros quilombos existentes nas Minas (pp. 55-77) constitui, a nosso ver, a contribuição mais séria prestada pelo Autor.

* * *

(16). — Roger Bastide, *As Religiões Africanas no Brasil*, 1960, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais (1971); *Les Amériques Noires*, Payot, Paris, 1967.

(17). — Augusto de Lima Júnior, *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, p. 60.

A Escravidão Negra na Província do Paraná, de Sebastião Ferrarini, é o último livro a ser comentado. Seu autor, licenciado em Geografia e História pela Universidade Católica do Paraná, é atualmente professor na mesma instituição. Em 1969 publicou um livro sobre *Presidente Faria*.

Se o Prof. Ferrarini tivesse conhecimento do interessante livro de Octávio Ianni, *As Metamorfozes do Escravo*, seguramente teria desistido de publicar o seu *Escravidão Negra na Província do Paraná*. Primeiro, porque desde 1962 o Prof. Ianni já tinha muito bem escrito e sistematizado alguns dos problemas que Ferrarini superficial e caoticamente propõe com 10 anos de atraso. Se tivesse lido a obra *As metamorfozes do Escravo*, concluiria que para se escrever um livro, não bastam as boas intenções, e três ou quatro opiniões lisongeiras de colegas do magistério — emitidas às páginas 237-238 — opiniões aliás que comprometem a seriedade intelectual e científica não só dos assinantes, mas das instituições que congregam tais indivíduos.

A Escravidão Negra na Província do Paraná é um mau livro sob vários pontos de vista: seu Autor deve ser criticado inicialmente pelo seu provincialismo intelectual. É imperdoável que ao estudar a escravidão negra no Paraná não tivesse citado as obras que já trataram do mesmo tema nesta parte do Brasil Meridional, entre outras: *As Metamorfozes do Escravo*, de Octávio Ianni; *Capitalismo e Escravidão*, de Fernando Henrique Cardoso; sem falar dos trabalhos em geral sobre a região, como a *História do Período Provincial do Paraná*, de David Carneiro, e de Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*. Preocupado antes em citar passagens do Direito Romano ou do *Jornal do Mundo* (*sic*), ou a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, o Autor descurou obras fundamentais para a compreensão do trabalho servil, como o livro de Maurício Goulart, *A Escravidão Africana no Brasil*. A falta de método é outro dos aspectos que desabona o livro de Ferrarini: repetição desnecessária de informações anteriormente prestadas; introdução de exemplos tirados de outras situações geográficas ou historicamente distantes, que nada têm a ver com a temática proposta; conclusões baseadas em dados muito particulares e de limitado significado generalizador.

A fim de provar a caoticidade deste livro, *veniam petimus* ao leitor para que tenha paciência de ler o seguinte trecho:

“Nos Capítulos anteriores fizemos referências que a escassez de mão-de-obra foi responsável pela escravidão no Brasil. Realmente foi o que ocorreu no período colonial. Toda a história da vida urbana dos 3 séculos de colônia está pontilhada dos

mesmos episódios, a refletir uma economia de repetidas crises de escassez de vários tipos: escassez de alimento, de moradia, de produção, de arrecadação, de indústria, de mão-de-obra, de instrução...’ (Costa, p. III e ss.). Desta forma, o negro veio da África para suprir esta escassez de mão-de-obra. Dedicados a uma multiplicidade de atividades e afazeres, os escravos atendiam todas exigências de seus senhores. ‘Tebas (Egito), 1º de janeiro de 1225: Um recenseamento permitiu fazer-se uma idéia da importância do número de escravos empregados ao serviço da religião. Cerca de 2% da população total do Egito é composta de escravos. E 3/4 pelos menos, dentre eles, estão ligados aos templos do deus Amon...’ (*Jornal do Mundo*, p. 12). Quando se fala de trabalho escravo, imediatamente nosso espírito se volta ao trabalho braçal, à lavoura da terra, à mineração... A diversidade de ofícios desempenhados com eficiência pelos escravos era enorme, atestando a pujança dessa mão-de-obra puramente gratuita. Interessante artigo foi publicado a esse respeito no *Jornal O Estado do Paraná*, a 4 de outubro de 1970: ‘As pirâmides se acham separadas no tempo por quase 3 mil ou mais anos. Quéops, rei da 4a. Dinastia do antigo Império Egípcio...’ (p. 82-83).

E assim por diante... continua Ferrarini no mesmo estilo, a confeccionar sua colcha de retalhos, costurando lado a lado informações de valores e de realidades bastante desiguais, esquecendo-se de um princípio antigo, mas sempre válido, de que “não se deve coser remendo novo em tecido velho”, em outros termos, que a comparação em Ciências Sociais só tem sentido quando trata com elementos histórica e sociologicamente próximos. Assim, por exemplo, a escravidão no Egito Antigo só pode ser comparada com a escravidão no Brasil em termos muito gerais, pois, conforme se sabe, o escravismo nos tempos modernos foi estruturalmente diverso dos outros tipos de regimes servis que o precederam. Ora, é tamanha a utilização de confrontações entre a escravidão no Império Romano, na Grécia, etc., com o regime escravocrata no Brasil Colonial, que o leitor é falaciosamente levado a concluir que se trata de um único sistema.

A obra está dividida em dez capítulos:

- I. — A Escravidão.
- II. — O Escravo.
- III. — O Senhor de Escravos.
- IV. — O castigo e seus instrumentos.
- V. — Paraná Província e a escravidão.
- VI. — Libertação de escravos no Paraná.

VII. — O Imperador D. Pedro II liberta escravos na Província do Paraná.

VIII. — Presidente Conservador liberta escravos.

IX. — 13 de Maio.

X. — Leis Escravagistas da Província do Paraná.

Mesmo sendo extremamente generoso, o leitor concordará conosco; além de uma capa sugestiva (a reprodução fotográfica de uma fôlha do jornal *Dezenove de Dezembro*, de 10 de outubro de 1855, onde se lê um anúncio de gratificação a quem souber do paradeiro de um escravo fugido), o único interesse do livro, repito, está na transcrição de alguns documentos, notadamente *mapas* que compõem os 4 anexos, e mais alguns quadros estatísticos avulsos, que revelam algumas particularidades da população negra na segunda metade do século passado. A “compilação das Leis escravagistas” (gerais, provinciais e municipais), constitui talvez a contribuição mais significativa que o Autor nos prestou no seu desafortunado livro.

Não obstante todos esses desacertos e falhas, eis a apreciação que doze professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Paranaguá emitiram, a respeito do livro de um de seus colegas de magistério:

... “o livro de Ferrarini será um marco na historiografia paranaense e brasileira, pois servirá de inspiração e de ponto de partida para outros estudos de aspecto sociológico, econômico e étnico-cultural (*sic*) no Paraná Provincial... Por esta obra monumental (*sic*), nos congratulamos e damos o nosso apôio incondicional” (p. 237-238).

Ao leitor cabe decidir se “A Escravidão Negra na Província do Paraná” é uma “obra monumental” ou um mau livro.

* *
*

Conclusão.

Dos três livros ora comentados, não resta dúvida de que *O Negro no Pará sob o regime de escravidão*, de Vicente Salles, representa a única obra realmente significativa e que traz importante contribuição para nossa historiografia. Pela seriedade do tratamento das fontes primárias, inteligência na concatenação dos relatos dos viajantes e pelo excelente aproveitamento do material da imprensa da época, V.

Sales oferece-nos não só uma boa análise histórica: seu livro constitui peça fundamental para a compreensão sócio-antropológica deste segmento populacional cuja presença no Brasil Setentrional foi muito mais ponderável do que se pensara até então. Nestes termos, a opinião abalizada de Arthur Cezar Ferreira Reis, o insigne “amazonista”, autor inclusive de dois trabalhos sobre o negro nesta mesma área, sintetiza, com pleno conhecimento de causa, o valor da obra:

“Este livro vale como uma verdadeira revolução nos estudos amazônicos, pelo que revela, pelo que anuncia, pelo que corrige, pelo que afirma, pelo que incorpora como novidade ao processo da formação humana da Amazônia” (Prefácio).

Quanto aos dois outros livros, infelizmente, estão muito aquém da média dos bons estudos a respeito do negro no Brasil. Faltou, nos dois casos e sobretudo no livro sobre o negro no Paraná, um levantamento prévio, sério e exaustivo, dos trabalhos já realizados que pudessem oferecer subsídios e auto-crítica a seus autores. Num país onde as publicações de Ciências Sociais contam com tantas dificuldades, onde as verbas para pesquisa são tão exíguas, livros como estes dois — se é que pretendam sair das fronteiras de seus Estados — repercutem muito negativamente nos meios estudiosos, além de fornecerem informações incorretas ou tendenciosas a um público incauto.